

"**T**UTTI FRATELLI, MA NON TROPPO": EMBATES E ACOMODAÇÕES SOBRE GÊNERO E POLÍTICA ENTRE CONSERVADORES E PROGRESSISTAS NA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

Marcelo Ayres Camurça

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora – MG – Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3399-8527>

Introdução

Neste texto, procuro adequar a orientação deste dossiê sobre religião e gênero relacionado com “política, conservadorismo e resistências” à realidade do Catolicismo atual no Brasil.

Pretendo, através das conjunturas político-religiosas que se desenvolveram no âmbito do catolicismo brasileiro de 2018 até a atualidade, realizar uma radiografia da correlação de forças dentro da Igreja Católica no Brasil, entre seus setores ultraconservadores, seu centro moderado e seus grupos mais libertários e progressistas. Tudo isso em torno de suas concepções sobre a sociedade, a política e os costumes. Nesta análise, a Conferência dos Bispos do Brasil, doravante CNBB, aparece como o grande fórum para onde converge o poder decisório e o “fiel da balança” do catolicismo brasileiro.

Como “pano de fundo” desse quadro no país, destaco ainda a presença do papado de Francisco e abordo a tensão vivida no

catolicismo brasileiro entre conservadores e progressistas como também um reflexo do quadro universal da Igreja Católica.

A hipótese que esboço ao longo do texto, nas análises dos fatos, das disputas e dos accordos entre os segmentos, personagens e organismos que compõem a Igreja Católica no Brasil, possui os seguintes contornos: em conjunturas de normalidade e rotina social, a Igreja enquanto instituição tem acompanhado a média de um estilo moderadamente conservador da sociedade, embora seus segmentos mais progressistas pugnem por transformações sociais e de comportamento. Nessas conjunturas, os setores mais tradicionais e reacionários buscam estimular e pressionar a hierarquia da Igreja para uma atitude cada vez mais conservadora.

No entanto, em conjunturas de retrocesso social, de ruptura democrática, de império da intolerância contra a pluralidade, os setores moderados da hierarquia eclesiástica foram persuadidos pelos setores mais comprometidos com as causas sociais, democráticas e da diversidade para uma atitude de resistência em nome do conjunto da instituição. E, nesse caso, os grupos ultraconservadores tenderam a se descolar deste padrão eclesial emergencial investindo de forma estridente contra personalidades, organismos e instâncias institucionais de forma desproporcionalmente agressiva.

Depois, quando a situação tendeu a entrar em um ritmo de apaziguamento social e dos costumes, ficando a contestação libertária para as franjas dos segmentos católicos mais progressistas, uma posição de centro ganha corpo, estabelecendo um equilíbrio de forças em favor de uma acomodação.

Nesses casos, em questões de cunho social, este centro poderoso parece se deslocar mais à esquerda, mas, em questões de moral e dos costumes, mais à direita.

A dinâmica da correlação de forças no catolicismo brasileiro: aproximações, divergências e consensos

Podemos situar o panorama da Igreja Católica no Brasil como um mosaico onde está inserido um amplo espectro de forças, figuras e organizações. Nesse sentido, ela reproduz a configuração universal da Igreja Católica *mater* na sua dinâmica de inclusividade “elástica”, que incorpora no seu seio uma “variedade desconcertante” de “estruturas

devocionais e posições teológicas, sem se fragmentar" (Napolitano, Norget & Mayblin 2017:7).

Portanto, incluídos nesse mosaico estão desde posições extremamente conservadoras, passando por setores majoritários moderados até segmentos mais sintonizados com os valores e práticas mais avançados da modernidade. No primeiro caso, pode-se citar a Renovação Carismática Católica (RCC), o Opus Dei, a Canção Nova, o Centro Dom Bosco, a Tradição Família e Propriedade (TFP), os Arautos do Evangelho e figuras públicas, como o padre Paulo Ricardo de Azevedo Jr., defensor da "família e da moral cristã" e do *lobby* armamentista e a deputada federal Chris Tonietto (PL/RJ) das cruzadas "pró-vida" contra o aborto. Em seguida, pode-se localizar um centro hegemônico, que atravessa as estruturas oficiais da Igreja, ramificando-se até as paróquias. Pode-se dizer que os cardeais das arquidioceses mais importantes do país, como Dom Odilo Scherer, de São Paulo, e Dom Orani Tempesta, do Rio de Janeiro, sintetizam esse campo. Por fim, há um setor mais à esquerda, presente nas pastorais populares, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Conselho Indígena Missionário (CIMI), na Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Movimento Fé e Política e em figuras como Leonardo Boff, Frei Betto e o padre Júlio Lancellotti.

Minha hipótese de análise indica a CNBB como o foro principal para onde confluem todas as questões – doutrinárias, sociais, éticas, morais – sobre as quais a Igreja deverá tomar posição. A dinâmica de conduta dessa instituição é a busca do *consenso* dentro da sua diversidade. Em torno desse centro poderoso, ainda que guardando sua autonomia e suas funções precípuas, encontram-se arquidioceses, dioceses e órgãos oficiais, como a Cáritas. Além destes, há organismos, entidades e movimentos reconhecidos como católicos pelo direito canônico, extremamente diversos nas suas concepções religiosas, à direita e à esquerda, no conservadorismo e no progressismo.

Foi apenas quando lograram obter a adesão da CNBB que os setores católicos progressistas conseguiram expandir pautas mais avançadas no campo social e político. Foi e é a amplitude dessa entidade referência e do próprio Vaticano sob o Pontificado de Francisco que confere legitimidade aos movimentos populares e contra-hegemônicos dentro da Igreja Católica, emprestando-lhes um alcance e significância social e simbólica para além de seu circuito de atuação. Da mesma maneira que outros setores da Igreja, essas

correntes populares, quando chanceladas em uma “Campanha da Fraternidade”, alcançam uma visibilidade mais ampla para expressar seu engajamento social, como o que acontece com o “Grito dos Excluídos” que ocorre todos os anos.

Outra face dessa aproximação se dá quando a hierarquia eclesiástica é identificada pela extrema direita católica como “inimiga”. Neste caso, nem um alto dignitário eclesiástico escapa dos vitupérios ensandecidos provindos desses grupos. Relembro casos em relação a Dom Odilo Scherer. Certa vez, pelas iniciativas sociais da CNBB, na qual tinha sido eleito em 2015 para o Sínodo, ele foi desacatado com vocabulário de baixo calão pelo ultradireitista Olavo de Carvalho (2015). De outra sorte, por ter celebrado missa pela paz na guerra da Ucrânia, foi desacatado nas redes sociais de extrema direita, acusado de apoiar “ditadura comunista” e rotulado de “comunista” por estar usando paramentos vermelhos, cor cardinalícia.¹

Mas também a alta hierarquia da Igreja pode se mover em direção às causas da diversidade e do pluralismo religioso, bandeiras dos movimentos progressistas do catolicismo, quando provocada por fatos extremos de intolerância e racismo religioso. Aqui, a identificação entre hierarquia eclesiástica e setores da base militante católica se dá pelo lado propositivo, e não pelas acusações perpetradas pelo extremo reacionarismo católico, como no caso anterior. Neste caso, o exemplo vem da atitude do cardeal Orani Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro, que acolheu no Palácio episcopal uma criança adepta do candomblé, acompanhada de sua família natural e “de santo”, que tinha sido apedrejada por ditos evangélicos por portar seus trajes religiosos em público. O ato de acolhimento pelo cardeal funcionou como um desagravo público provindo do catolicismo a outra religião vilipendiada. Interessante que o cardeal se fez acompanhar por leigos católicos membros da Comissão de diálogo inter-religioso da Arquidiocese do Rio.²

Essa composição entre o episcopado moderado e o ativismo democrático-popular das comunidades de base pôde ser mais claramente identificada no período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. Do apoio inicial ao golpe militar a uma crítica recalcitrante com o endurecimento do regime, a Igreja Católica tornou-se o

1 O relato sobre a agressão sofrida pelo cardeal encontra-se em “Solidariedade a D. Odilo Scherer” (Comissão Arns 2022).

2 O evento de acolhimento inter-religioso foi amplamente divulgado no Rio (Rodrigues 2015).

grande repositório da resistência democrática e da luta contra a carestia e a miséria fruto da política econômica do regime.

Defendi em um artigo anterior (Camurça 2022) que, com as medidas autoritárias perpetradas no governo Bolsonaro de 2019 a 2022, paulatinamente foi se conformando na Igreja uma articulação semelhante àquela ocorrida nos tempos da repressão dos anos 1970 e 1980, entre o episcopado – moderado e progressista – e os setores do laicato e ordens religiosas ativas nos movimentos populares. Tudo isso tinha na CNBB a entidade que respaldava o movimento.

Da mesma forma, arrisco-me agora a uma hipótese feita no “calor da hora” do pós-2022 de que, em meio a uma certa letargia no panorama social atual, parece que o amálgama que cimentava essa aliança, tal qual com o fim do regime autoritário nos anos 1990, está se desfazendo. Tudo isso em prol de uma posição da Igreja, mais tímida, voltada para seu interno e com certa prevalência de moderado conservadorismo.

Historicidade, reatualizações e o legado do ultraconservadorismo católico brasileiro

Por seu lado, o ultraconservadorismo religioso cristão que irrompeu no Brasil a partir dos anos 2014 como força política e social, acentuando-se com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, possui uma base histórica.

Toniol e Caldeira (2020) chamaram atenção para a origem do conservadorismo religioso autoritário na política brasileira através do protagonismo católico e da sua “longa duração dos processos” no início no século XX.

Em um *podcast* posterior, Toniol (2022) defendeu que é preciso examinar a atuação de organizações e personagens inseridos na Igreja Católica da época para se entender a dimensão do conservadorismo religioso atual. Tanto no artigo dos dois autores quanto no *podcast*, ficam claras, em vários episódios, as estratégias exitosas de implantação de uma mentalidade conservadora a partir do catolicismo: em 1922, com a criação do Centro Dom Vital, liderado por Jackson Figueiredo com o apoio do arcebispo Dom Sebastião Leme, uma associação para a difusão de um pensamento antimoderno de caráter autoritário e antissocialista; em seguida, quando da Constituição de 1934, com a inclusão do ensino catequético católico nas escolas

públicas e com a proposta de a religião católica ser considerada religião oficial do país; e, ainda, na década de 1960, quando Plínio Corrêa cria a Tradição Família e Propriedade (TFP) para combater o comunismo e o progressismo que crescia na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II.

Eu também, em artigo precedente, argumentava sobre a anterioridade de uma *intelligentsia* católica na formulação de temas conservadores que muitas vezes aparecem como de autoria evangélica (Camurça 2022). Como exemplo, citava o caso da palavra de ordem desqualificadora de “*ideologia de gênero*” que teve sua origem na reprovação pelas representantes católicas na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing em 1995, quando se consolidou a noção de “gênero” como definidora dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Desqualificação esta que, bem antes da amplificação realizada pelos evangélicos, foi publicizada e difundida no pontificado de João Paulo II, quando este se manifestou “pública e documentalmente sobre o ‘perigo da ideologia de gênero’ como ameaça para a família, para a sociedade e para a religião” (Souza 2018). Nesse mesmo artigo, eu também enumerava projetos de lei ultraconservadores do ponto de vista da moral e dos costumes, como a Escola sem Partido, o Estatuto do Nascituro e o Estatuto da Família, geralmente de autoria atribuída a parlamentares da bancada evangélica, mas que de fato tinham sua origem e lavra nos deputados católicos-carismáticos.

Esta recrudescência do ultraconservadorismo do início do século XX no Brasil e agora do início do século XXI possui características novas e atualiza outras: o investimento na política, uma militância ativa, a criação de organizações como as que já citei (RCC, Opus Dei, TFP) e a promoção de figuras emblemáticas, como o padre Paulo Ricardo de Azevedo Jr. Tudo isso com a expoente presença na internet, nos grupos das redes sociais e de *influencers* católicos, como Bernardo Küster e Allan dos Santos.

No que diz respeito ao episcopado ultraconservador, este está incrustado na média do conservadorismo cauteloso dos bispos brasileiros. Emerge, contudo, em eventos onde buscam sacralizar atitudes da extrema direita política bolsonarista. Lembro o caso de um ato de consagração do Brasil à Nossa Senhora que deveria ser assinado por Bolsonaro em maio de 2019 no Palácio do Planalto. Nesse caso, a presença de bispos foi ínfima. Compareceram ao evento, além dos parlamentares da RCC, apenas o bispo aposentado e emérito de

Brasília, o ancião Dom João Terra, e Dom Fernando Rífan, um bispo neotradicionalista, ex-seguidor do grupo anti-Vaticano II de Monsenhor Lefebvre, responsável pela Administração Apostólica São João Maria Vianney (Camurça e Zaquieú-Higino 2021). E, agora, mais recentemente na concessão do título de cidadão benemérito de Brasília ao arcebispo do Ordinariado Militar, Dom Marcony Ferreira, este posou para fotos ao lado da deputada bolsonarista católica Bia Kicis, acolhendo o pedido desta para interceder em orações visando à anistia dos condenados pelos atos golpistas antidemocráticos do 8 de janeiro de 2023.³

Além desses indicadores, registro um fato novo na conjuntura, que é a formação de *clusters* religiosos que aglutinam segmentos conservadores de religiões diferentes de matriz judaico-cristã: evangélicos, católicos, espíritas e judeus, naquilo que apelidei em outra publicação de “ecumenismo de direita” (Camurça 2022:212).

As questões que unem esses grupos são: o combate a uma legislação que consinta o aborto, mesmo aquele considerado legal, nos autointitulados “comitês pró-vida”, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a redução de danos em uso de drogas, nos chamados “comitês pró-família”.

Essa articulação tem promovido um movimento de mulheres cristãs antifeministas, tais como as católicas Chris Tonietto (PL/RJ) e Bia Kicis (PL/DF), e as ditas cristãs, como Ana Campagnolo (PL/SC), Caroline de Toni (PL/SC) e Carla Zambelli (PL/SP), que defendem, grosso modo, o modelo estadunidense da chamada *tradwife*: a maternidade e o cuidado do lar como tarefas de proa da mulher, a educação dentro da família e o armamentismo como forma de defesa dos cidadãos.

Todo ativismo de grupos conservadores católicos – sejam os de extração carismática ou tradicionalista aliados às demais correntes religiosas conservadoras mencionadas – está centrado num combate contra o que designam “marxismo cultural”. Na verdade, trata-se de uma reedição do antimodernismo da Igreja Católica do século XIX, ao identificar nos organismos globais e multiculturais – como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Food and Agriculture Organization (FAO; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura em português), a Organização das Nações Unidas para

³ Afinidades eletivas entre bolsonaristas e bispos católicos ultraconservadores (Estado de Minas 2025).

a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ou as organizações não governamentais (ONGs) de apoio a direitos humanos de minorias trans e LGBTQIA+, ou, ainda, as pensadoras feministas, como Simone de Beauvoir e Judith Butler – uma conspiração contra o cristianismo, a família e a moralidade (Camurça 2022). Para essas concepções, o estabelecimento da modernidade significa a implantação do “comunismo cultural”, suprimindo a liberdade religiosa (cristã), a constituição da família tradicional – consequentemente, levando ao triunfo do modo de ser “antinatural” gay e lésbico –, o sexo livre e o assassinato dos fetos através do aborto indiscriminado.

A lógica desse ultraconservadorismo vem sendo abordada pela cientista política Wendy Brown (2019) para o caso da extrema direita estadunidense. Para ela, os grupos ultraconservadores dos Estados Unidos defendem o direito irrestrito de sua “liberdade” para justificar ações reacionárias contra feministas e pessoas LGBTQIA+, baseados na ideia de que o primado do pacto social regulador do bem comum representa uma forma de imposição ditatorial. Justificam, também, que o ambiente da família deva ser protegido do entorno social, este visto sempre como ameaçador. Isso é exercido por meio de uma extrema seguridade para proteger o privado diante do público e o familiar diante do que consideram estranho e estrangeiro (Brown 2019).

Muito recentemente, antropólogos pesquisadores dos grupos ultraconservadores católicos brasileiros vêm chamando atenção para um movimento de aglutinação da extrema direita cristã, atraindo sua faceta católica, capitaneada pelo jovem deputado (evangélico) do PL Nikolas Ferreira.

Segundo o articulista Renan Dantas (2025) no site do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR), Nikolas “no Instagram recomendou o livro do padre Paulo Ricardo ‘Um olhar que cura’ e mencionou estar lendo a biografia de São Josemaría Escrivá, fundador da Opus Dei”. De maneira similar, Rodrigo Toniol (2025) comentou sobre sua “aproximação com o padre Paulo Ricardo, uma das maiores lideranças da direita católica, fenômeno na internet [...] e recomendou um dos livros do padre causando grande alvoroço entre os católicos”. Além disso, Toniol destacou também que “Nikolas havia compartilhado [...] que estava lendo a biografia de São Josemaría de Escrivá, fundador do Opus Dei”. Ambos os pesquisadores registraram da mesma forma a corte que o Centro Dom Bosco fez

ao deputado evangélico de extrema direita, convidando-o a aderir à fé católica.

Dantas (2025) levanta mais dois indícios interessantes desta confluência entre o deputado evangélico ultraconservador com grupos e personagens católicos de igual matiz político-religioso. O primeiro é que Nikolas participou de uma live no YouTube com o padre Crystian Shankar, quando o deputado citou conceitos das doutrinas católicas conservadoras referentes à disposição de casais católicos terem muitos filhos, "correspondendo à ideia do papel criador do casamento". O segundo é sobre a iniciativa do deputado Eros Biondini, da conservadora RCC, de protocolar na Câmara dos Deputados um projeto de lei para diminuir a idade mínima para candidatos concorrerem aos cargos de governador e presidente. Esse projeto revela um aceno do parlamentar católico-carismático de que estava de acordo com as pretensões do jovem deputado evangélico Nikolas Ferreira de ocupar esses postos de comando da política geral.

Se Nikolas vai aderir ou não ao catolicismo, pouco importa; o que é relevante neste jogo de aproximações, na direção que apontei mais acima, é que uma articulação concreta da extrema direita cristã está em curso envolvendo católicos e evangélicos.

Como analisou corretamente Toniol (2025) sobre a relação de Nikolas Ferreira e a extrema direita católica, ele "está habilmente construindo uma ponte que poucos [...] haviam tentado [para] conquistar o voto de confiança de redes católicas sem perder a confiança da base evangélica". E, com isso, "está redesenhando as fronteiras religiosas [...] navegando habilmente entre grupos, que até então pareciam não se misturar [...]".

Desdobramentos na história recente e conjuntura atual das polaridades entre visões conservadoras, moderadas e progressistas no catolicismo brasileiro

Uma nova diretoria da CNBB foi empossada em 2019, no mesmo período em que estava começando a gestão do governo Bolsonaro. Então, naquele momento, seu presidente, Dom Wal-mor Oliveira, defendeu a "abertura de um diálogo com o governo federal".⁴ Entretanto, ainda que considerada "de perfil moderado",

⁴ Fonte: Tavares (2019).

ao longo do mandato de Bolsonaro, a direção da CNBB foi paulatinamente impelida para o afastamento e a crítica aberta ao governo, particularmente no que se referiu à atitude governamental perante a pandemia da Covid-19. Da mesma forma, diante das campanhas sistemáticas contra o Supremo Tribunal Federal (STF) perpetradas pelo presidente e seus assessores, desqualificando este poder autônomo da República, defendendo sua supressão e a volta da ditadura, a diretoria da CNBB defendeu firmemente o processo democrático, com o seu presidente D. Walmor afirmando: “A defesa da democracia e de suas instituições é tradição da CNBB”⁵.

A entidade foi signatária de uma carta aberta com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde se contrapunham à posição do então presidente de desconsiderar o isolamento social, levando a contaminações e mortes pelo contágio. Interessante registrar o fato de a CNBB, nesse compromisso, estar ladeada por essas outras entidades da sociedade civil, o que relembra o período em que elas cerraram fileiras na luta pela redemocratização do país nos anos 1970.

Outra coincidência dos dois ciclos em que a CNBB, à frente da Igreja Católica no Brasil, enfrentou o autoritarismo, tanto o da Ditadura Civil-Militar quanto o do governo Bolsonaro, foi a atividade de espionagem montada pela Agência Brasileira de Informação (ABIN) contra bispos da região amazônica quando do Sínodo da Amazônia, convocado pelo Papa Francisco em 2019 e organizado pela entidade aqui no país.

O fato é que, com o andamento da conjuntura durante o governo Bolsonaro, a CNBB foi aumentando o tom de sua desaprovação à necropolítica (Mbembe 2021) desse governo – como no caso da pandemia da Covid-19 – e empreendendo uma ação contrária a esta. A entidade, demarcando-se dos grupos ultraconservadores evangélicos e católicos, defendeu o isolamento social e as missas *on-line* com o argumento de que “templo fechado não é sinal de privação de espiritualidade” (Balloussier 2021).

Esta conjuntura de autoritarismo e “negacionismo” do governo Bolsonaro proporcionou uma conjunção das forças populares de base da Igreja com a sua hierarquia episcopal, em que muitas vezes organismos como a CPT, a Comissão de Justiça e Paz

⁵ Fonte: Tavares (2020).

e o Conselho Nacional de Leigos estiveram juntos e dando suporte à CNBB nos mesmos confrontamentos. Por outro lado, isso levou ao afastamento da ultradireita católica desse ambiente institucional comum e a manifestações à parte a favor do presidente de extrema direita. Estas se deram nas aglomerações no "cercadinho" do Palácio Alvorada com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e uma bandeira do Brasil, rezando pelo país e contra o "comunismo".

Uma outra área onde a intercessão da hierarquia da CNBB com as pastorais populares se configurou, revelando ações e personagens, foi a do meio ambiente e a defesa das áreas verdes e suas populações – neste particular, também trazendo à tona a questão social. Iniciativas como o Sínodo da Amazônia marcaram a prioridade dessa questão para a Igreja.

A nomeação para cardeal de Dom Leonardo Steiner, Arcebispo de Manaus, indica a região amazônica como estratégica para a ação evangelizadora no país. Além dele, o atual bispo de Roraima, o franciscano D. Evaristo Spengler, ativo participante do Sínodo e presidente da Rede Eclesial Pan Amazônica, elegeu como alvo destacado para sua missão os indígenas e migrantes que povoam a região, onde a pastoral indigenista tem atuação destacada. Quando do assassinato dos indigenistas Dom Phillips e Bruno Pereira no Vale do Javari, foi realizado um ato na Catedral da Sé, em São Paulo, ao encargo de Dom Pedro Luiz Stringhini, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e Paz e bispo responsável da Pastoral Carcerária. Nesse ato, estiveram no altar convidados representantes das espiritualidades indígenas e religiões afro-brasileiras, marcando, além do reconhecimento às religiões e religiosidades da Amazônia, a prática do diálogo inter-religioso.

Mas não apenas na região amazônica se dá a ação da Igreja Católica de preservação ao meio ambiente. Espalhadas por todo o território nacional pontificam mobilizações e iniciativas de dioceses, pastorais de base e organismos da CNBB, da histórica luta pela preservação do rio São Francisco, pelo já bispo emérito da Diocese de Barra na Bahia, D. Luís Cappio, ao ativismo de D. Vicente Ferreira, bispo de Livramento de Nossa Senhora também na Bahia, que se destacou pela resistência aos impactos ambientais e consequentes violações de direitos humanos por parte de empresas construtoras de barragens e de mineração, como no caso de Brumadinho, administrado pela Vale e a Samarco. D. Vicente tem se colocado ao lado de trabalhadores e comunidades expulsos de suas terras pelas ações

da atividade extrativista predatória, levando à poluição do ar, à contaminação da água e à devastação do ecossistema.

Não foi por outra razão que sofreu acusações de ser “comunista” e “agitador” pela extrema direita religiosa católica, como a que fez o Centro Dom Bosco. Contudo, também recebeu solidariedade ativa dos movimentos de base e populares da Igreja, como o Movimento Fé e Política e a Comissão de Justiça e Paz. Além destes, organizações oficiais da Igreja Católica, como a Cáritas, manifestaram seu endosso à posição do bispo. Aqui, mais uma vez, está o que estou classificando como a articulação entre os órgãos institucionais e os grupos ativistas.

Breve reflexão sobre a correlação de forças no Pontificado de Francisco e seus reflexos sobre o panorama da Igreja Católica no Brasil

Devido ao caráter universal da Igreja Católica e à interconexão entre o centro romano e a capilaridade da Igreja no mundo, a condução que um pontificado imprime (encíclicas, nomeação de bispos, visitas *in loco* aos países) é decisiva na vida do catolicismo. Por isso, as tensões entre conservadores diante do projeto modernizador de Francisco, que se dão desde o alto comando do Vaticano, espraiam-se para o Brasil.

São explicitamente conhecidas as reprovações que setores ultraconservadores vêm abertamente fazendo ao Pontificado de Francisco, como as que enunciou o cardeal estadunidense Burke em 2020.⁶ Nos Estados Unidos, também se destaca a figura do Bispo de Los Angeles, D. José Horacio Gomez, membro do Opus Dei e presidente da Conferência Episcopal do país superpotência. Da mesma maneira, destaca-se a virulenta oposição sustentada pelo antigo núncio do Vaticano nos Estados Unidos, o cardeal italiano D. Carlo Viganò, que exigiu publicamente a renúncia do Papa Francisco.⁷

Por outro lado, na Europa se constituiu um leque de oposição às políticas de Francisco, que recobrem desde a tradicionalista Fraternidade São Pio X do falecido Monsenhor Lefebvre, grupo retrógrado cismático, que foi reincorporado à Igreja Católica depois

⁶ Fonte: IHU - Unisinos (2016).

⁷ Fonte: IHU - Unisinos (2018).

de uma reforma interna por Bento XVI, passando pelos católicos ligados ao partido de direita Liga Lombarda, que têm como *slogan* “meu Papa é Bento!”, até os chamados “sedevecantistas”, católicos tradicionalistas que consideram fraudulentas as eleições papais e, por consequência, o Papa um impostor. Muitas dessas aspirações de retrocesso foram vocalizadas pelo cardeal D. Carlo Caffara, arcebispo emérito de Bolonha.

Na época da pandemia da Covid-19, veio à tona um manifesto encabeçado pelos ultraconservadores cardeais D. Viganò e D. Müller, que deu o tom para o que os setores reacionários católicos e evangélicos fizeram no Brasil. A pretexto de defenderem a liberdade religiosa de congregação, eles imputaram o isolamento social como uma forma de autoritarismo, da mesma forma como investiram contra as vacinas, acusadas inveridicamente de terem sido feitas com material de fetos abortados.

Diante do inconformismo do ultraconservadorismo romano aos ventos de mudança, o projeto reformista do Papa Francisco procurou enfraquecer e desarticular a burocracia conservadora incrustada na Cúria romana, onde cardeais herdeiros dos dois pontificados anteriores se encontravam alojados e exercendo poder. Pode-se verificar, então, um remanejamento nesses cargos realizado por Francisco, quando bispos e cardeais aposentados foram substituídos por aqueles identificados com uma nova visão mais aberta em termos de proposta social, ambiental e moral sexual.

Entre essas nomeações para cardeais, pode-se citar a do arcebispo de Washington, D. Wilton Gregory, primeiro bispo negro dos Estados Unidos, do arcebispo D. Antoine Kambala, sobrevivente do genocídio de Ruanda, do frade Paolo Lojudice de Siena, defensor dos ciganos, e do arcebispo D. Matteo Zuppi, engajado na criação de uma pastoral para a população LGBTQIA+.⁸

Para o caso do Brasil, duas nomeações para o posto cardinalício chamaram atenção: a de D. Leonardo Steiner, Arcebispo de Manaus, já assinalada acima, como o do primeiro cardeal proveniente da região amazônica comprometido com a defesa dos povos indígenas e com a preservação da floresta, e a mais recente, de D. Jaime Spengler, franciscano e atual presidente da CNBB. Ele é arcebispo de Porto Alegre, e a escolha de seu nome está marcada pela sua atuação na ajuda às centenas de vítimas da tragédia climática que viveu a região

⁸ Fonte: Jovem Pan (2020).

em 2024. Da mesma forma, são valorizadas como progressistas e alinhadas ao projeto do Papa Francisco as nomeações dos bispos de Roraima, Livramento, Santos e Itapetininga. E, ainda, dentro dessa iniciativa, a nomeação em 2014 de D. Antonio Carlos Cruz Santos para a diocese de Caicó, um bispo negro de larga trajetória de trabalho pastoral nas periferias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e com uma abertura para a questão LGBTQIA+.

Não é minha intenção aqui dissertar minuciosamente sobre as ações do Pontificado de Francisco, mas apenas mencioná-las genericamente, sobretudo aquelas com reflexos sobre a conjuntura católica no Brasil. Pode-se, então, resumi-las em três eixos: a questão ecológica, a questão social e a questão da moral e dos costumes.

Quanto à primeira questão, podem ser sublinhadas a Encíclica ecológica “*Laudato Si*” e seus desdobramentos, como o Sínodo da Amazônia. Na segunda questão, destaca-se a Encíclica de cunho social “*Fratelli Tutti*”, que redundou em ações de apoio aos imigrantes e refugiados, de apoio à pobreza e às periferias do mundo e pelo fim das guerras (Haiti, Sudão, Ucrânia, Gaza) e do sofrimento das populações com estas. Por fim, no terceiro caso, destacam-se as modulações que o Papa tem empreendido no conservadorismo moral católico. No rol desses posicionamentos, pode-se salientar suas alocuções sobre a família, o divórcio e os LGBTs.

O Papa Francisco discorreu de modo mais acolhedor sobre a sensível questão do divórcio e do tratamento aos católicos em segundo matrimônio que desejam participar da eucaristia, coluna dorsal do sacramento e do dogma eclesiástico.⁹ Além disso, falou abertamente sobre o opróbrio católico em relação à homoafetividade: “Se uma pessoa é gay e procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu pra julgá-la”¹⁰ e “as tendências homossexuais não são um pecado”.¹¹

No entanto, o Sínodo da Família convocado no Vaticano em 2013 expôs, como de praxe nesses encontros episcopais de posições diferentes, um documento de consenso, fruto de intensa negociação. Se, por um lado, nesse documento se proclamou a “misericórdia e não a condenação” em assuntos sensíveis como o divórcio e a

⁹ Especialmente o Capítulo VII, objeto de intensa polêmica por parte dos amplos setores reacionários (Fernández 2017).

¹⁰ Fonte: Jonas (2013).

¹¹ Fonte: IHU-Unisinos (2019).

homossexualidade, de outro se reafirmou a indissolubilidade do matrimônio e o modelo heteronormativo de família.¹²

Porém, de acordo com a advertência do sociólogo católico Jorge Alexandre Alves (2025), algo dessa correlação de forças, com implicações para nosso país, pode se alterar. Segundo ele, as últimas escolhas para novos bispos no Brasil estão sendo feitas à revelia do Papa no momento de agravamento de sua doença. Por meio da Cúria romana e do Dicastério responsável pelas designações, com influência de prelados ligados aos pontificados anteriores, estão sendo nomeados bispos identificados com o modelo de Igreja dos papas antecessores. Para Alves, de 2013 a 2019, as nomeações seguiam uma diretriz de alinhamento maior com a política reformista de Francisco, mas depois isso retrocedeu.

Ainda em conformidade com a análise de Alves (2025), a oposição no Brasil às diretrizes do Papa Francisco é diferente da oposição na Itália ou nos Estados Unidos. Segundo ele, aqui ela não é pública, não há críticas explícitas do episcopado brasileiro a Francisco. No entanto, para o autor, há uma inércia por parte das grandes arquidioceses para aplicar as diretrizes progressistas emanadas das Encíclicas e de outros documentos papais.

Extrema direita católica ameaça o consenso atual majoritário da Igreja? Debates em torno das questões morais, dogmáticas e sociais

Aplicando os conceitos de Max Weber (1991) para o caso que estou examinando, pode-se dizer que a instituição eclesiástica católica pode ser definida dentro da noção “igreja”, porque é permeável e espelha a diversidade da sociedade em que se encontra inserida (inclusive com suas contradições). Distinto disso, os grupos da (extrema) direita católica poderiam estar associados à noção de “seita”, pois estão fixados numa visão de mundo diferenciada da maioria da sociedade, na ambição de serem os “eleitos”, ainda que invoquem uma “tradição” de um tempo em que este mundo era o padrão de normalidade.

A polarização organizacional que expressa essa correlação de forças, como descrevi nas conjunturas examinadas, colocou

¹² Fonte: Paróquia de Nossa Senhora Aparecida (2015).

como majoritária a articulação da CNBB associada às pastorais populares e aos movimentos progressistas do catolicismo brasileiro em relação aos grupos da extrema direita católica. Os temas em que esse equilíbrio de maioria se expressaram são: a democracia, o meio ambiente e a tolerância religiosa e de gênero (este último tema ainda que com recuos e acomodações).

Um exemplo recente da dissociação da extrema direita católica em relação à média de razoabilidade dessa articulação foram as declarações de um dos seus integrantes, o padre Fábio Fernandes, da paróquia da Barra Funda da capital paulista. Este, diante da grave doença do Papa Francisco, desejou para o pontífice um “derradeiro momento” em que ele se arrependesse de sua condição de “anti-católico confesso, inescrupuloso e revolucionário pertinaz, amigo dos inimigos da Igreja” (Palhares 2025). A resposta da Arquidiocese de São Paulo, na pessoa do moderadíssimo Cardeal D. Scherer, foi a de afastar o padre do exercício do sacerdócio por “manifestação desrespeitosa e cismática contra o Papa e a Igreja” (Palhares 2025). Um dos indicadores desse pacto de centro com tonalidades de esquerda que expressa a média do catolicismo brasileiro foi o voto dos católicos, que nas últimas eleições presidenciais preferiu Lula diante de Bolsonaro.¹³

Rodrigo Toniol (2022), comentando sobre a dificuldade de se detectar uma presença mais nítida do conservadorismo religioso no seio da Igreja Católica, aponta que, quando as pesquisas em geral centram seu foco no voto, essa perspectiva dilui, “dispersa” a dimensão do conservadorismo em meio a tantas outras. Porém, para minha finalidade, que é detectar os embates dos conservadorismos com os progressismos, mas também as zonas de interseção, os semitons e as negociações, ou seja, o consenso obtido entre estes, o indicador do voto é uma medida promissora e proveitosa.

Em artigo anterior, eu havia afirmado “que o católico mediano pode ser conservador nos costumes, mas possui uma visão solidária quanto à questão social” (Camurça 2022:207-234). Com isso, queria mostrar um fluxo de mentalidades impeditivo de fixar fronteiras e “caixinhas” bem demarcadas entre o que pode ser “avanço”, “recesso” ou acomodações entre ambos.

Talvez, seja essa característica católica que Toniol (2024), em outro artigo de “opinião” à *Folha de S.Paulo*, classificou como

13 Fonte: G1 (2022).

uma forma “sutil” e “dispersa” de a visão conservadora católica penetrar no Judiciário: STF e tribunais de 1^a e 2^a instâncias. Ele, que estava preocupado em identificar o conservadorismo no que tange às questões da contracepção, da sexualidade e do gênero, viesse de onde viesse, e não como eu, os híbridos e compromissos provindos da articulação entre moderação e progressismo na Igreja. Toniol, ao indicar a continuidade do conservadorismo religioso em instituições do Estado, como o STF e a Procuradoria-Geral da República (PGR), não está se referindo a “terrivelmente evangélicos”, como o presbiteriano e bolsonarista André Mendonça, mas a figuras identificadas com a esquerda e o “lulismo”, que se autodesignam católicos, como Flávio Dino, Cristiano Zanin e Paulo Gonet. No caso, classificados por ele como conservadores por declarações explícitas contra o direito ao aborto. Entretanto, poder-se-ia arrolar várias iniciativas deles em favor da democracia no país, contra a articulação do golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 e contra os desmandos antirrepublicanos das emendas do orçamento aprovadas na Câmara Federal com indícios de corrupção.

De fato, no que diz respeito à pauta moral-sexual, constata-se que forças católicas progressistas – já no período da redemocratização dos anos 1980 e nos governos do PT de 2000-2010 – convergiram para posições semelhantes àquelas do conservadorismo. A ex-senadora Heloísa Helena (PT-PSOL) da Rede Sustentabilidade, conhecida pela sua militância de esquerda e ambientalista, devido à sua pertença católica, posicionou-se em 2008 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Congresso Nacional contra a prática do aborto, o que lhe rendeu críticas acerbas do ativismo feminista. Da mesma forma, em 1986, a liderança da CNBB, na pessoa do seu secretário geral cardeal D. Luciano Mendes, posicionou-se pela censura ao filme de Jean-Luc Godard “Je vous salue Marie”, que abordava o dogma da “imaculada concepção” de Maria de uma forma moderna e profana, classificando-o como “herético e obsceno”.¹⁴

Aqui, para mim, está uma demonstração de como um conservadorismo se encontra presente entremeado e “disperso” em condutas de centro e progressistas do *modus operandis* da Igreja Católica. E essa combinação permeia suas autoridades eclesiásticas, suas figuras públicas e seus paroquianos mais comuns, aqueles que

¹⁴ Fonte: Documentos Revelados (2023).

convivem na “vida social” e na normalidade do meio católico. Nesse caso, é diferente dos nichos sectários de sua extrema direita, onde o conservadorismo se apresenta nítido, exclusivo e no seu paroxismo do reacionarismo.

Mas seria possível que a ruidosa e midiaticamente bem articulada extrema direita cristã (católica + evangélica), por meio da pauta moral, lograsse atrair o centro mediano da Igreja para seus projetos? Em outro artigo à *Folha de S.Paulo*, quando o antropólogo Toniol (2025) adverte que o jovem líder da extrema direita (evangélica) Nikolas Ferreira “está se movimentando para abocanhar os votos católicos que em 2022 garantiram a vitória de Lula”, estaria ele se referindo a uma movimentação com esse intento? Nos meus comentários aos textos de Toniol (2025) e Dantas (2025) citados acima, referi-me a indicadores do acolhimento que os núcleos do catolicismo sectário de direita manifestaram em relação ao evangélico Nikolas e dos acenos concretos deste em relação aos primeiros.

No entanto, pergunto sobre o grau de alcance desse projeto de Nikolas, se ele alcançaria a amplitude da maioria católica representada na aliança sólida, mas circunstancial, da CNBB com as pastorais populares. Parece-me que a receptividade a ele está circunscrita aos círculos extremistas da direita católica. Renan Dantas (2025), no texto já referido no site do Laboratório de Antropologia da Religião da Unicamp, afirma que o protagonismo de Nikolas se dá “dentro da extrema direita” religiosa, restrita à “bolha católica” dos “influenciadores e perfis católicos de direita”. E é nesse ambiente – de aceitação pelo núcleo dos católicos ultradireitistas de uma aproximação com os evangélicos de igual perfil – que ele consegue “minimizar antagonismos internos e articular diferentes identidades políticas e religiosas em torno de um núcleo comum”.

Chamamentos para uma aliança entre católicos e evangélicos ultraconservadores já haviam sido feitos por outra figura emblemática desse meio, o padre Paulo Ricardo de Azevedo Jr. Este, no seu blog, conclamou pela superação “das diferenças doutrinárias” entre católicos e evangélicos, em prol de uma “coalizão política” na defesa “de um interesse maior: a luta a favor do patrimônio moral judaico-cristão e contra a hegemonia do marxismo cultural” (Silveira 2018:301). Da mesma forma, no governo Bolsonaro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado pela evangélica Damares Alves, foi o laboratório deste “ecumenismo de extrema direita”, com postos ocupados por evangélicas e católicas,

como Ângela Gandra, representante da União dos Juristas Católicos e filha do jurista Yves Gandra, figura de proa da Opus Dei.

Toniol (2025) frisa, ainda, no seu artigo de opinião à *Folha de S.Paulo* que Nikolas pode se configurar em um “forte candidato dos ‘cristãos brasileiros’”. Ele tem considerável razão ao afirmar isso, visto que Bolsonaro, em 2018, com essa indefinição entre ser católico e evangélico, conseguiu unir em torno de si um espectro conservador dessas duas correntes religiosas (Almeida 2019). Entretanto, Bolsonaro nunca logrou êxito em ser o candidato da maioria dos “cristãos brasileiros”, mas sim dos cristãos ultraconservadores brasileiros. Para o caso dos católicos, ele nunca chegou ao quase unanimismo que alcançou entre os evangélicos. Mesmo nas eleições de 2018, sua vantagem sobre Haddad entre os católicos foi de 2%, cerca de 1 milhão de votos, um quase empate técnico do ponto de vista estatístico. No caso das eleições presidenciais de 2022, ele foi derrotado por Lula entre os católicos, embora de novo triunfando com larga vantagem entre os evangélicos (Camurça 2022).

Portanto, se a diretriz predominante não nos leva a crer que estejamos trilhando dentro da Igreja Católica uma guinada ao extremismo religioso, isso não significa que a articulação que se corporificou dentro dela em oposição ao governo de extrema direita de Bolsonaro vá perdurar. Uma atualização se faz necessária para medir a atual dinâmica da CNBB na conjuntura brasileira e suas ligações com setores progressistas, moderados e ultraconservadores na Igreja. Passada a turbulência do governo Bolsonaro, no qual vicejou um vigoroso empoderamento de sua minoritária extrema direita religiosa e, com isso, uma reação de contrapeso que uniu um episcopado moderado com o ativismo de base das pastorais, parece que estamos vivendo um certo período de inércia no ritmo decisório de prelados, autoridades e organismos da Igreja.

Se a avaliação do sociólogo Jorge Alves (2025) – de que se encontra em curso um processo de nomeações de bispos na Igreja Católica no Brasil, vinculados aos dois pontificados anteriores de João Paulo II e de Bento XVI – está correta, isso pode ser, então, um sinal de que uma orientação mais ao centro-direita esteja ganhando corpo no episcopado brasileiro. E, como consequência, há uma disseminação dessa nova diretriz para pastorais e comissões, até chegar nas paróquias. Com isso, poderemos estar vivendo uma reedição histórica daquela mudança de orientação da geração combativa dos anos 1970/1980 de D. Aluísio Lorscheider, D. Ivo Lorscheiter

e D. Luciano Mendes para a moderação dos anos 1990 e 2000 de D. Lucas Moreira Neves e seus sucessores.

Conclusão

Por todo o exposto, considero que, no seio da Igreja Católica e do catolicismo – no caso, o brasileiro –, as linhas de força, posições e visões, por mais que referenciadas na realidade social e política, têm por trás uma cosmologia religiosa, o que defini em outro artigo como “cosmopolítica” (Camurça 2024). Isso faz com que polarizações e conflitos dessas posições não devam ser tratados como aqueles que se dão em instituições políticas seculares. De fato, existem posições ultraconservadoras, de centro e progressistas (em termos sociais e morais), mas elas podem se acomodar, se compor em prol da unidade da Igreja como “Corpo de Cristo” quando o que se está em jogo é a transcendência. Se é “progressista” ou “conservador” diante de uma conjuntura ou um tema, mas diante de outros pode haver opções diferentes. Ou, ainda, arranjos e acordos podem ser firmados para resguardar o principal.

Procurei mostrar aqui que um realinhamento de forças da Igreja tem ocorrido sempre que a realidade sócio-histórica levou o país para conjunturas de autoritarismo e violência aberta e explícita, em que a hierarquia institucional eclesial se aliou às pastorais populares contra o que uma “cosmopolítica católica” poderia chamar de “pecado social”. Porém, em conjunturas de maior “normalidade”, “monotonia” social (ainda que encobrindo situações de injustiças invisibilizadas), as posições moderadas tendem a se projetar e se consolidar.

Gostaria, por fim, de concluir esta minha análise da correlação de forças no catolicismo brasileiro espelhada no catolicismo universal trazendo o recurso de uma obra ficcional, mas que revela muito das tensões entre direita, centro e esquerda que revolvem a Igreja Católica contemporânea: o filme *Conclave*. Essa ilustração que trago reflete mais um desejo que uma probabilidade. Diria um leitor atento que poderia revelar uma certa incongruência entre a tendência (de acomodação) que aponto para o catolicismo brasileiro e o desfecho surpreendentemente libertário que considero que o filme propõe. Mas que fique, então, como um “horizonte de desejo”!

A película, uma produção de 2024 entre Reino Unido e Estados Unidos, dirigida pelo cineasta Edward Berger, com atores do porte como Ralph Fiennes, Isabella Rossellini e Stanley Tucci, retrata um Conclave convocado para a eleição de um novo Papa, após o falecimento daquele em exercício.

No filme, é retratado o tabuleiro de xadrez com as peças – não dos bispos, mas dos cardeais – em movimento nas suas estratégias para definir a nova direção da Igreja. Estes, representativos das posições em jogo: no conservadorismo reacionário, o italiano Tedesco, expoente da extrema direita católica, grotesco na sua dia-tríbe catolicocêntrica reacionária, antimuçulmana e anti-imigrante. O centro com o canadense Tremblay, membro antigo da Cúria romana, exímio no trato com a burocracia do Vaticano, manipulador com favores em troca de votos e produtor de dossiês secretos para desestabilizar potenciais candidaturas rivais. A esquerda progressista com o norte-americano Bellini, defensor de posições feministas e das identidades de gênero, mas sem o respaldo necessário no coletivo. E a emergência de uma igreja que cresce para o “terceiro mundo” na pessoa do africano Adeyemi, que, embora vindo de um lugar excluído do centro do poder, possui uma mentalidade preconceituosa com as minorias LGBTQIA+.

Diante de uma *realpolitik* que parece presidir as regras do jogo dentro da instituição (neste particular, a obra parece incorrer num certo reducionismo), irrompe no final do filme uma utopia ético-religiosa que se corporifica na eleição do novo Papa. Um cardeal desconhecido, Benitez, nomeado *in pectore* pelo antigo Papa, vindo dos confins do mundo periférico assolado pela guerra desumana (Congo, Bagdá e depois bispo de Cabul, no Afeganistão), termina sendo o escolhido. Aqui está presente a dimensão da solidariedade social. Mas, para além disso, a mensagem do filme revela no corpo desse cardeal eleito Papa uma indefinição de gênero, confrontando-se com uma visão moral religiosa que separa rigidamente esses papéis como “obra de Deus”. Aqui irrompe, surpreendentemente, a dimensão do acolhimento ao direito de as pessoas serem o que são.

Embora em contradição com a realidade do discreto conservadorismo (sobretudo no campo da moral) que se consolida no seio do catolicismo brasileiro, segundo a interpretação que estou propondo, gostaria de concluir este texto evocando a mensagem utópica que emerge deste filme-ficção, ensejo que pode funcionar como um alento de perspectiva para a Igreja ir ainda mais além dos

esforços contemporâneos do Papa Francisco. Esforços estes centrados na apostila da superação dos conservadorismos que afloram atualmente e dos quais o Papa mesmo tem sido vítima constante. Diante dessa questão sensível da identidade de gênero, reduto forte da oposição conservadora, atingindo mesmo setores católicos progressistas e comprometidos com as causas populares, repliko a postagem no Facebook do teólogo católico Gilbraz Aragão sobre o *final* do filme – ele que possui uma perspectiva inter-religiosa, pluralista e da “opção pelos pobres”. Na sua avaliação da questão de gênero levantada no filme, ele a situa: “na linha do ‘entre e além’, superando as contraposições binárias nas quais tentam encaixar a realidade, superando um conceito de Criação perfeita e acabada” (Aragão 2025).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo. (2019), “Deus acima de todos”. In: S. Abranches *et al.* *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 23-33.
- BROWN, Wendy. (2019), *Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia.
- CAMURÇA, Marcelo. (2022), “A relação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoio dos setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais e dos movimentos progressistas”. *Debates do NER*, nº 42: 207-234.
- CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor. (2021), “Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas”. *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol. 13, nº 39: 207-232.
- CAMURÇA, Marcelo. (2024). Ensaio de cosmopolítica no catolicismo brasileiro atual. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, vol. 24: 67-84.
- MBEMBE, Achille. (2021), *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n1 edições.
- NAPOLITANO, Valentina; NORGET, Kristin; MAYBLING, Maya. (2017), *The Anthropology of Catholicism*. Oakland, California: University of California Press.
- SILVEIRA, Emerson Sena. (2018), “Padres conservadores em armas: o discurso público da guerra cultural entre católicos”. *Reflexão*, vol. 43, nº 2: 289-309.
- SOUZA, Sandra Duarte. (2018), “O gênero da discórdia. A Igreja Católica e a campanha contra os direitos das mulheres na política internacional: uma abordagem a partir das conferências de Cairo e de Pequim”. *Religare*, vol. 15, nº 2: 483-504.

WEBER, Max. (1991), *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Jornais e revistas consultados

BALLOUSSIER, Anna Virginia. (2021), "Templo oferece saúde espiritual, e direito a culto é constitucional, diz líder da Bola de Neve". *Folha de S.Paulo*, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/templo-oferece-saude-espiritual-e-direito-a-culto-e-constitucional-diz-lider-da-bola-de-neve.shtml>. Acesso em: 22/09/2025.

DOCUMENTOS REVELADOS. (2023), "Je Vous Salue Marie, de Godard, o último filme censurado na ditadura". *Documentos Revelados*, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/je-vous-salue-marie-de-godard-o-ultimo-filme-censurado-pela-ditadura/>. Acesso em: 25/02/2025.

ESTADO DE MINAS. (2025), "Bia Kicis pede orações por anistia dos condenados do 8/1". *Estado de Minas*, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2025/03/7081655-bia-kicis-pede-oracoes-por-anistia-dos-condenados-do-8-1.html>. Acesso em: 07/03/2025.

FERNÁNDEZ, Víctor Manuel (2017). "O capítulo VIII da Amoris Laetita. O que sobra depois do temporal". *IHU – Unisinos*, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/571166-o-capitulo-viii-da-amoris-laetita-o-que-sobra-depois-do-temporal-artigo-de-victor-manuel-fernandez>. Acesso em: 19/12/2024.

G1. (2022), "Pesquisas eleitorais". *G1*, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://especiaisg1.globo/politica/eleicoes/2022/pesquisas-eleitorais/presidente/1-turno/Ipec/>. Acesso em: 22/09/2025.

IHU – UNISINOS. (2016), "Cardeal Burke adverte que se o Papa não esclarecer a confusão, farão 'um ato formal de correção de um erro grave'". *IHU – Unisinos*, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/562405-cardeal-burke-adverte-que-se-o-papa-nao-esclarecer-a-confusao-farao-um-ato-formal-de-correcao-de-um-erro-grave>. Acesso em: 19/12/2024.

IHU – UNISINOS. (2018). "Ex-núncio nos EUA, Viganò: 'O Papa deve renunciar'". *IHU – Unisinos*, 27 ago. 2018. Disponível em: [https://ihu.unisinos.br/78-noticias/582168-ex-nuncio-nos-eua-vigano-o-papa-deve-renunciar](https://ihu.unisinos.br/78-noticias/582168-ex-nuncio-nos-eua-vigano-o-papa-deve-renunciarhttp://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582168-ex-nuncio-nos-eua-vigano-o-papa-deve-renunciar). Acesso em: 19/12/2024.

IHU – UNISINOS. (2019), "Papa Francisco diz que tendências homossexuais 'não são pecado'". *IHU – Unisinos*, 2 abr. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588019-papa-francisco-diz-que-tendencias-homossexuais-nao-sao-pecado>. Acesso em: 28/02/2025.

JONAS. (2013), "Quem sou eu para julgar os gays?". Conversa do Papa com os jornalistas". *IHU – Unisinos*, 30 jul. 2013. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/522300-quem-sou-eu-para-julgar-os-gays-entrevista-com-o-papa-francisco>. Acesso em: 28/02/2025.

- PALHARES, Isabela. (2025), “Arquidiocese de SP repudia declaração de padre que disse rezar por ‘derradeiro momento’ do papa Francisco”. *Folha de S.Paulo*, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/02/arquidiocese-de-sp-repudia-declaracao-de-padre-que-disse-rezar-por-derradeiro-momento-do-papa-francisco.shtml>. Acesso em: 22/09/2025.
- RODRIGUES, Matheus. (2015), “Criança vítima de intolerância religiosa no Rio se encontra com Dom Orani”. *G1 Rio*, 19 jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/crianca-vitima-de-intolerancia-religiosa-no-rio-se-encontra-com-dom-orani.html>. Acesso em: 22/09/2025.
- TAVARES, Joelmir. (2019), “CNBB prega diálogo com governo e tolerância zero a abuso sexual na igreja”. *Folha de S.Paulo*, 10 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/em-posse-cnbb-prega-dialogo-com-governo-e-tolerancia-zero-a-abusos-na-igreja.shtml>. Acesso em: 22/09/2025.
- TAVARES, Joelmir. (2020), “Líderes católicos não podem escolher caminhos fáceis e sedutores, diz presidente da CNBB”. *Folha de S.Paulo*, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/lideres-catolicos-nao-podem-escolher-caminhos-faceis-e-sedutores-diz-presidente-da-cnbb.shtml>. Acesso em: 22/09/2025.
- TONIOL, Rodrigo. (2024), “Desde quando o Estado brasileiro é laico?”. *Folha de S.Paulo*, 11 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/12/desde-quando-o-estado-brasileiro-e-laico.shtml>. Acesso em: 24/02/2025.
- TONIOL, Rodrigo. (2025), “Lula que se prepare, agora Nikolas avança entre os católicos”. *Folha de S.Paulo*, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/01/lula-que-se-prepare-agora-nikolas-avanca-entre-os-catolicos.shtml>. Acesso em 25/02/2025. Acesso em: 02/07/2025.
- TONIOL, Rodrigo; CALDEIRA, Rodrigo Coppe. (2020), “Catolicismo Eclipsado”. *Folha de S.Paulo*, 31 jul. 2020, “Saída pela direita” – Blog do Fábio Zanini. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 07/12/2024.

Sites consultados

- ALVES, Jorge Alexandre. (2025), “A oposição à Francisco e a escolha dos bispos no Brasil”. *Iser Assessoria*, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://iserassessoria.org.br/a-oposicao-a-francisco-e-a-escolha-dos-bispos-no-brasil/>. Acesso em: 12/03/2025.
- ARAGÃO, Gilbraz. (2025), “gente, acabei de ver Conclave...” *Facebook*, 02 fev. 2025. Disponível em: <https://web.facebook.com/share/p/1BTT3BL3Hx/>. Acesso em: 22/09/2025
- COMISSÃO ARNS. (2022), Solidariedade a Dom Odilo Scherer. *Comissão Arns*, 19 out. 2022. Disponível em: <https://comissaoarns.org/pt-br/blog/solidariedade-a-dom-odilo-scherer/>. Acesso em: 19/12/2024.
- CARVALHO, Olavo. (2015), “Odilo Scherer é um mentiroso e um excomungado. ‘Dom’ O CARALHO. Contra a esculhambação, só uma esculhambação maior

ainda. Solução para a CNBB: Panelaço nela". *Facebook*, 25/04/2015. Disponível em: https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/odilo-scherer-%C3%A9-um-mentiroso-e-um-excomungado-dom-o-caralhocontra-a-esculhamba%C3%A7%C3%A3/481533915332021/?locale=pt_BR. Acesso em: 22/09/2025.

JOVEM PAN. (2020), "Papa Francisco nomeia novos cardeais para a Igreja Católica". *Jovem Pan*, 25 out. 2020. Disponível em: em: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/papa-francisco-nomeia-novos-cardeais-para-a-igreja-catolica.html>. Acesso em: 28/02/2025.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA. (2015), "Conclusão do Sínodo da Família". *Paróquia de Nossa Senhora de Aparecida*, 25 out. 2015. Disponível em: <https://www.nsaparecidanatal.com.br/conclusao-do-sinodo-da-familia/> 30/10/2015. Acesso em: 28/02/2025.

Vídeo consultado

TONIOL, Rodrigo. (2022), *Catolicismo e conservadorismo no Brasil*. Religião e Poder – Iser. Disponível em: https://www.youtube.com/shorts/jU_DUOHgexI. Acesso em: 24/02/2025.

Editor-Chefe:
Edilson Pereira

Submetido em:
14/03/2025

Editores Convidados:
Raphael Bispo, Célia Arribas e Oswaldo Zampiroli

Aprovado em:
29/05/2025

Editor-Assistente:
Lucas Bárto

Declaração de Disponibilidade de Dados
Não Aplicável.

Marcelo Ayres Camurça* (mcamurca@terra.com.br)

* Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor visitante no Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF. Pesquisador e bolsista de produtividade CNPQ. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo

“Tutti Fratelli, ma non tropo”: embates e acomodações sobre gênero e política entre conservadores e progressistas na Igreja Católica no Brasil

O artigo procura contemplar dentro das questões de política e gênero o mosaico de posições da Igreja Católica no Brasil: ultraconservadoras, moderadas e progressistas em uma dinâmica de correlação de forças. Como recorte temporal, escolhe o período de 2018 até o presente ano. Também elege a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como o foro privilegiado dos embates e acordos envolvendo essas forças. Procura, ainda, enfocar a realidade do Vaticano e o pontificado do Papa Francisco e seus reflexos no catolicismo brasileiro. Por fim, busca detectar que, dependendo das questões sociais ou morais e de costumes, arranjos distintos podem ser estabelecidos entre as forças que compõem o catolicismo brasileiro.

Palavras-chave:
Igreja Católica;
Brasil;
conservadores;
progressistas;
CNBB.

Abstract

“Tutti Fratelli, ma non tropo”: clashes and accommodations on gender and politics between conservatives and progressives in the Catholic Church in Brazil

This article seeks to consider, within the issues of politics and gender, the mosaic of positions within the Catholic Church in Brazil: ultraconservative, moderate and progressive in a dynamic correlation of forces. As a time frame, it chooses the period from 2018 to the present year. It also chooses the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) as the privileged forum for the clashes and agreements involving these forces. It also seeks to focus on the reality of the Vatican and the pontificate of Pope Francis and their impact on Brazilian Catholicism. Finally, it seeks to detect that depending on the issues: social or moral and customary, different arrangements can be established between the forces that make up Brazilian Catholicism.

Keywords:
Catholic Church;
Brazil;
conservatives;
progressives;
CNBB.

Resumen

"Tutti Fratelli, ma non tropo": enfrentamientos y acuerdos sobre género y política entre conservadores y progresistas en la Iglesia católica de Brasil

Este artículo examina el mosaico de posturas dentro de la Iglesia Católica en Brasil, en cuestiones políticas y de género: ultraconservadoras, moderadas y progresistas, dentro de una correlación dinámica de fuerzas. Su marco temporal abarca desde 2018 hasta la actualidad. Asimismo, selecciona la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) como foro privilegiado para los enfrentamientos y acuerdos entre estas fuerzas. Se centra, además, en la realidad del Vaticano y el pontificado del Papa Francisco y su impacto en el catolicismo brasileño. Finalmente, busca identificar cómo, en función de cuestiones sociales, morales y consuetudinarias, se pueden establecer diferentes acuerdos entre las fuerzas que conforman el catolicismo brasileño.

Palabras clave:
Iglesia Católica;
Brasil;
conservadores;
progresistas;
CNBB.